

# Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul<sup>1</sup>

*Brazil and Mozambique, 1974-1986: economics and foreign policy in the south-south dialogue*

*Vanicléia Silva Santos<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste ensaio é apresentar parte da minha investigação sobre as relações bilaterais entre o Brasil e Moçambique, nos anos 1970 a 1980. Durante este momento, o Brasil era marcado por sua ditadura e por interesse em expandir o diálogo e o comércio com o Terceiro Mundo, enquanto Moçambique estava marcado pela política externa da Frelimo e pela mudança do modo de produção socialista africano para a economia capitalista.

**ABSTRACT:** The purpose of this essay is to present part of my investigation into the foreign policy between Brazil and Mozambique in the years 1970 to 1980. During this moment Brazil was marked by its dictatorship and an interest in expanding dialogue and commerce with the Third World, while Mozambique was marked by Frelimo's foreign policy as it switched from an African socialism to capitalist economy.

**PALAVRAS-CHAVES:** Política externa. Moçambique. Frelimo.

**KEYWORDS:** Foreign Policy. Mozambique. Frelimo.

## I. APRESENTAÇÃO

No dia 1º de dezembro de 1974, uma missão especial do Itamaraty foi enviada pelo presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel (1974-1979) para um encontro com líderes do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Dar-es-Salaan (Tanzânia). Do lado brasileiro estavam: o

---

1 Conferência apresentada no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane em 18/02/2015, por ocasião das investigações no âmbito deste projeto, financiado pelo Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES-AULP.

2 Professora do Departamento de História da UFMG. Coordenadora do projeto História das Relações Internacionais entre Brasil e Moçambique financiado pelo Programa Pró-Mobilidade Internacional (CAPES-AULP). E-mail: vanijacobina@gmail.com

experiente diplomata Ítalo Zappa; Frank Mesquita (embaixador do Brasil no Quênia); Sérgio Weguelin Vieira (conselheiro e relator); do lado moçambicano, Samora Machel (presidente da FRELIMO); Jorge Rebelo (secretário de informação da FRELIMO); e Sérgio Vieira (secretário da presidência). O objetivo do lado brasileiro era negociar com a FRELIMO a aproximação diplomática entre os dois países. Porém, o presidente da FRELIMO deixou claro aos embaixadores que o Itamaraty descobriu tarde o fim do colonialismo português, referindo-se à relutância do governo brasileiro em votar na ONU em defesa da libertação de Moçambique e de Angola e ao apoio que o regime militar brasileiro dera, até então, à Portugal. Em razão do Tratado de Amizade e Consulta assinado em 1953, entre ambas as nações, o Brasil precisava se abster das votações. Além dessa dura reclamação, Samora Machel também não permitiu aos representantes do governo brasileiro participarem da cerimônia da independência que ocorreria alguns meses depois, em 25 de junho de 1975. Os únicos convidados brasileiros foram Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes, na época os mais notáveis exilados políticos do país, do Partido Comunista.

O objetivo desse ensaio é analisar as relações entre Brasil e Moçambique no período de 1974-1986. A data inicial corresponde ao fim do colonialismo português em Moçambique e a final refere-se à morte de Samora Machel. Também envolve os anos dos governos ditatoriais dos generais Ernesto Geisel (1974-1979), e Figueiredo (1979-1985), que tiveram em seus mandatos, como ministros das Relações Exteriores do Brasil, respectivamente, Azeredo da Silveira e Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro. De outro lado, os anos do governo de Samora Machel (1975-1986) e o seu ministro das Relações Exteriores, Joaquim Chissano, que se tornou presidente de Moçambique após a trágica morte de Machel, em 1986.

## **2. HISTORIOGRAFIA, FONTES, E OBJETIVOS**

No Brasil, há poucos estudos sobre a história das relações diplomáticas contemporâneas entre Brasil e África (MENEZES, 1960; RODRIGUES, 1964; SARAIVA, 1996; SILVA, 2005; SARAIVA, 2007; PENNA FILHO & LESSA, 2007; SILVA, 2011; SOARES, 2011). A historiografia que trata das relações entre Brasil e África é dominada pelas análises da evolução política do comércio exterior, em razão das ações governamentais que atrelaram desenvolvimento nacional e comércio internacional. E parte significativa dessa literatura está concentrada na área das relações internacionais ou da ciência política, com ainda pouco interesse ou contribuição da comunidade de historiadores. (CERVO, 1997, p.5-11)<sup>3</sup>. O historiador Amado Cervo analisa o contexto em

---

<sup>3</sup> Desde 1947 até 1989, o sistema de controle das importações tem sido utilizado como mecanismo para o Nacional Desenvolvimentismo. Assim, a política exterior do Brasil, que tinha como objetivo o aparelhamento econômico e industrial do país, modificava o regime

que a diplomacia reviu a política para a África:

Nas décadas de sessenta e setenta, a diplomacia brasileira empenhou-se no sentido, não de modificar o modelo substitutivo de importações mas no de provocar o modelo complementar, o substitutivo de exportações. Com efeito, o vasto parque industrial já implantado no Brasil havia cumprido com sua função original e pressionava por mercados externos de manufaturados. Os países avançados cerceavam a realização desse objetivo mediante os contingenciamentos que se tornaram regra na Europa e nos Estados Unidos. Por esta razão, a diplomacia brasileira reviu sua política africana e buscou penetrar o mercado da África através dos novos Estados independentes (CERVO, 1997, p.11).

A maioria dos trabalhos citados fez análises mais gerais sobre Brasil e África. Embora, de forma pouco profunda, o trabalho de Penna Filho & Lessa é o único sobre a história da relações internacionais entre Brasil e Moçambique. De todo modo, merece sublinhar que todos os estudos realizados utilizaram como fontes os documentos oficiais de instituições brasileiras, em particular, nos acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro) e da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Itamaraty, em Brasília (PENNA FILHO & LESSA, 2007; SARAIVA, 2013; SARAIVA, 2007; SOARES, 2011). A única exceção é a obra de Jerry Dávila, que investigou em diferentes tipos de fontes coletadas em órgãos oficiais e não-oficiais no Brasil, Estados Unidos e doze países africanos.

A ideia dessa investigação nasceu após a leitura da obra deste historiador norte americano, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização da África*, que é, seguramente, um divisor de águas nas análises da história das relações diplomáticas entre Brasil e África. E segue o tom de outras duas grandes obras produzidas no Brasil nos anos 1960: José Honório Rodrigues (1964)<sup>4</sup> e Adolpho Bezerra de Menezes (1960). Dávila mostrou que a política externa brasileira foi influenciada pela teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre, pelo interesse do Brasil em estabelecer

---

aduaneiro quase sempre a partir das reações às circunstâncias e tendências do comércio internacional. Uma política externa independente, sem a subserviência das relações Norte-Sul só foram observadas efetivamente nos anos 70, quando a diplomacia entendeu que era importante a integração regional e o multilateralismo para a expansão das exportações e elemento estratégico para acelerar o crescimento nacional (CERVO, 1997).

<sup>4</sup> O livro de José Honório Rodrigues (1a. Edição em 1961) é a grande exceção dos anos 60. Os dois volumes foram escritos quando ministrava aulas para o Instituto Rio Branco (1946-1956) e dirigia a Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (1946-1958). O livro causou grande impacto no meio político e intelectual, pela perspectiva da análise que incluía a África, como elemento principal para entendimento da História do Brasil e pela perspectiva anticolonial e antilusitana. (RODRIGUES, 1964).

relações comerciais com o lado do Atlântico, cujo destaque foi dado a Gana, Angola e Nigéria, mas sem uma agenda política diplomática definida para esses lugares (DÁVILA, 2011).

A leitura da referida obra abriu um questionamento relacionado ao lado do Índico: qual teria o sido o papel do Brasil na descolonização de Moçambique? Quais estratégias foram utilizadas pelo Brasil, na primeira década pós-independência de Moçambique, para se reaproximar desse país? As relações entre ambos os países estavam mais restritas à ajuda econômica oferecida pelo Brasil ou havia uma efetiva política diplomática para Moçambique? A ideia central desse artigo é mostrar, a partir da análise das fontes produzidas no Brasil e, principalmente, em Moçambique, outra perspectiva da história das relações diplomática entre os países citados, levando em considerações os direcionamentos da política externa dos dois países em tela.

Este ensaio foi produzido a partir das investigações em arquivos moçambicanos e brasileiros. Grande parte da pesquisa apresentada vem de fontes diplomáticas, extraídas da Documentação Diplomática do Itamaraty em Brasília e do Arquivo Histórico de Moçambique, na Universidade Eduardo Mondlane, que foram completadas com notícias de jornais e revistas de ambos os países e entrevistas com pessoas que atuaram na cooperação internacional entre as nações.

### **3. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL EM ÁFRICA: DO ALINHAMENTO COM A EUROPA NA À POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE**

Uma pesquisa mais sistemática sobre a evolução/avanço da política externa do Brasil em África, a partir de 1822 (Independência do Brasil) notará que, do ponto de vista governamental, houve um certo distanciamento<sup>5</sup> que só foi quebrado efetivamente a partir dos anos 1970. Mas, paralelamente, permaneceram as relações comerciais e culturais, independente do governo brasileiro<sup>6</sup>.

---

5 Penna Filho defende que na fase pré-independências africanas houve 3 momentos de distanciamentos da política externa brasileira com a África: o primeiro, logo após a independência do Brasil, que sofreu sanções de Portugal e mais tarde da Inglaterra para o encerramento do tráfico; o segundo seguiu-se a penetração europeia pós-conferência de Berlim, e a orientação da política externa para a Europa incentivando a imigração europeia e tentando apagar as relações com a África, pois marcada pelas relações do período escravagista; e o terceiro de 1945 a 1955, ainda em razão da questão colonial (PENNA FILHO & LESSA, 2007, p.58-60).

6 Há uma espécie de senso comum de que teria havido uma suspensão das relações entre Brasil e África após a proibição do comércio de escravos até as independências africanas mas outros trabalhos têm mostrado que contatos comerciais e culturais perduraram, a despeito da invisibilidade que tinha para a diplomacia brasileira (SANTOS, 2013; FREYRE, 1940; FREYRE, 1953; RODRIGUES, 1964).

Após a II Guerra Mundial, quando ocorreram vários processos de independência, no Sudão (1956), Gana (1957) e Guiné-Conacry (1958), algumas nações colonizadoras permaneceram resistentes ao posicionamento de continuar com suas colônias, como foi o caso de Portugal, França e Bélgica. Qual foi o papel do Brasil diante das lutas de libertação que se desenrolaram nos anos 60? Continuou apoiando a Europa, e, assim, foi a favor da França contra a independência da Tunísia, Marrocos e Argélia. A diplomacia brasileira assistiu como “espectadora passiva” aos processos de descolonização das três nações citadas (PENNA FILHO & LESSA, 2007, p.61-62).

O governo brasileiro também apoiava o colonialismo português, pois desde 1953 havia assinado um “Tratado de Amizade e Consulta com Portugal” que condicionava as ações da diplomacia brasileira, que precisava consultar e seguir Portugal em todas as suas políticas internacionais. O Tratado também proibia o contato do Brasil com as colônias portuguesas em África. Nesse contexto dos anos 1950, várias críticas de diplomatas alertavam para o desgaste internacional da posição sentimentalista brasileira. As ideias do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, que serviram como nova base ideológica do colonialismo português, eram confortáveis também para a diplomacia brasileira e sua postura mais conservadora (tese central de Jerry Dávila). Consequência disso foi o apoio brasileiro ao posicionamento de Portugal na ONU em relação à negação das independências das colônias portuguesas em África (PENNA FILHO, 2007, p.66).

A mudança ocorreu no governo de Jânio Quadros (janeiro a junho de 1961), que, apoiado por seu chanceler San Tiago Dantas, defendia uma “Política Externa Independente”<sup>7</sup> e criticava o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e Portugal. Em 1960, foi aberta uma legação brasileira em Gana devido ao interesse no cacau deste país, a maior produção de cacau do mundo naquele momento. Em 1961, foi aberta uma embaixada em Dacar. E em 1963, na Nigéria. O Golpe Militar de 1964 freou a nova

---

7 San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros, por menos de um ano, entre 1961 a 1962, é considerado o lançador das bases do campo doutrinário “Política Externa Independente” do Brasil, que permanece até hoje. O discurso proferido por Dantas na 16ª. Reunião da ONU estareceu os portugueses, pois criticava o colonialismo e mostrava disposição em dissociar o Brasil da política lusitana. Esse discurso levou o historiador de Moçambique Alexandre Lobato a escrever uma “carta” de 32 páginas, nomeada “Carta ao Embaixador do Brasil em Portugal, por mãos do Cônsul do Brasil em Moçambique”, publicada em 1963, Tipografia Minerva Central, Lourenço Marques. O embaixador do Brasil em Portugal neste momento era Francisco Negrão Lima, declaradamente pró-portugal. Mas o título da referida carta é uma sarcástica ironia ao conteúdo da mesma – mostrava que o Brasil não tinha moral para questionar o colonialismo português, em razão do passado escravista, a insistência para não acabar com tráfico de escravos, e o racismo que havia no Brasil. Agradeço ao Senhor Samuel pelo acesso a esse material na biblioteca particular de José Luis Cabaço, em Maputo.

política externa e levou o Brasil ao realinhamento com Portugal e com a Guerra Fria. Entre 1964 e 1969, quatro chanceleres ocuparam o cargo de Ministro das Relações Exteriores de vários militares que assumiram a presidência da República, e tomaram posicionamento a favor do colonialismo português em África.

De 1969 a 1974, o diplomata Gibson Barbosa<sup>8</sup> assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores, no governo de Emílio Garrastazu Médici, o mais repressivo dos ditadores. Mas o presidente da República deu autonomia ao novo chanceler para implementação da Política Externa Independente, ensaiada por San Tiago Dantas e Afonso Arinos entre 1961 e 1962. A viagem realizada por Gibson Barbosa, em 1972, a bordo de um avião da aeronáutica, com uma comitiva de 35 pessoas, dentre os quais onze diplomatas, jornalistas, assessores e oficiais da aeronáutica, a nove países africanos (Gana, Togo, Benin, Zaire, Gabão, República dos Camarões, Nigéria e Senegal) é considerada o maior marco de sua gestão e também da política externa do Brasil em África. A referida viagem da “embaixada voadora” tinha por objetivos abrir o diálogo direto com os líderes africanos, mostrar a importância da África para o público geral e para os militares, e indicava a mudança de rumo da política externa brasileira (DÁVILA, 2011, p.189).

Gibson Barbosa elaborou várias estratégias para redefinir o relacionamento com Portugal em relação às independências das colônias africanas, mas sem dissociar-se das posições portuguesas nas Nações Unidas. O sentimento de apoio a Portugal permaneceu até o apagar das luzes. Quando o Conselho de Segurança Nacional preparava-se para declarar-se contrário à política colonial portuguesa, dois fatos precipitaram a posição do Brasil: a derrocada do regime ditatorial português em 15 de abril de 1974 e a declaração da independência da Guiné Bissau em 24 de julho 1973 (reconhecida em 10 de setembro de 1974). Para contornar a situação, o Itamaraty criou rapidamente uma embaixada em Bissau e mostrou interesse em reabilitar suas relações com o novo Estado. Situação semelhante passaria com as outras colônias portuguesas, como veremos adiante.

### **3.1. DUAS DIPLOMACIAS: A ECONOMIA SOCIALISTA DE SAMORA MACHEL (1975-1986) E O PRAGMATISMO ECUMÊNICO RESPONSÁVEL DOS MILITARES NO BRASIL (1974-1985)**

A análise apresentada compreende, de um lado, os anos dos governos ditatoriais dos generais Geiseil (1974-1979), e Figueiredo (1979-1985), que tiveram como ministros das Relações Exteriores do Brasil, respectivamente, Azeredo da Silveira e Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro. De outro lado,

---

<sup>8</sup> Ver o brilhante capítulo sobre a trajetória do chanceler no governo de Médici: “A viagem de Gibson Barbosa: ‘O Brasil [re]descobre a África’.” In: DÁVILA, 2011, p. 173-206.

os anos do governo de Samora Machel (1975-1986) e o seu ministro das Relações Exteriores, Joaquim Chissano. O objetivo é mostrar que o avanço das relações diplomáticas com Moçambique foi assegurada por uma forte agenda pautada no comércio exterior, entre 1975-1986.

Em 1974, quando se perseguia o comunismo e comunistas internamente, as colônias portuguesas avançavam na luta contra o colonialismo português, com suporte de países de orientação socialista/comunista. Internamente, os militares prendiam e desapareciam com aqueles que eram contrários ao regime ditatorial, e o governo estava alinhado aos interesses do capitalismo ocidental (PENNA FILHO, 2009). Apesar das divergências e das distâncias político-ideológicas entre o Brasil e Moçambique, em que assumia um regime socialista, o presidente brasileiro, general Ernesto Geisel, pautado na nova política externa, denominada de “Pragmatismo Ecumênico Responsável”, enviou uma missão especial do Itamaraty para realizar missões com as lideranças dos movimentos que estavam lutando pelas independências de Moçambique e Angola<sup>9</sup>. Os encontros foram realizados em Kinhasa e Luanda, com os líderes dos partidos angolanos, e em Dar-es-Salaam (Tanzânia), com líderes do partido único de Moçambique, a FRELIMO. Do lado brasileiro estavam Ítalo Zappa (embaixador extraordinário da Missão), Frank Mesquita (embaixador no Quênia) e Sérgio Weguelin Vieira (conselheiro e relator); do lado moçambicano: Samora Machel (presidente da FRELIMO), Jorge Rebelo (secretário de informação da FRELIMO) e Sérgio Vieira (secretário da presidência). Os objetivos do lado brasileiro eram justificar o posicionamento da “não ingerência na política interna de outras nações (...) quanto ao processo de descolonização dos territórios africanos sob domínio português”, e negociar com a FRELIMO a aproximação diplomática entre os dois países. O que se pedia efetivamente era a anuência do presidente da FRELIMO para designar um diplomata do Brasil para acompanhar o Governo de Transição e a instalação do novo governo independente.<sup>10</sup>

Ironicamente, Machel deixou claro à Missão Diplomática que compreendia a posição “correta” do Brasil, mas que os moçambicanos sempre esperaram mais do Brasil, pois no passado os brasileiros tinham passado pelas mesmas vicissitudes que Moçambique passava e que poderia ter usado da amizade com Portugal para forçá-lo a reconhecer os anseios de liberdade do seu povo, mas “com suas relações especiais com

---

9 Um dos relatórios foi escrito em fevereiro de 1975 por Ítalo Zappa. Em razão do seu empenho, em 29/12/1975, foi promovido Chefe Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em. De 1976 a 1981 foi embaixador de Moçambique.

10 Entrevista com Samora Machel (Dar-es-Salaam, I/XIII/1974), p. 2. A transcrição resumida da entrevista foi feita pelo conselheiro Sergio Weguelin Vieira, designado relator das reuniões. Relatório: Contatos com representantes dos movimentos de emancipação de Angola e Moçambique. Missão do chefe do DAO. AMRE, 900 (B-46) (A), Relações Políticas. Caixa 273.

Portugal, o Brasil alheou-se no que diz respeito às aspirações ao futuro de Moçambique. Ali, as condições eram extremamente difíceis e, no início, a FRELIMO só podia contar com ela mesmo”.<sup>11</sup> Em seguida, elencou alguns países que deram auxílio à luta pela independência, como a República Popular da China, União Soviética, Escandinávia e concluiu: “o dos senhores não estava entre eles”. Além disso, a FRELIMO também não permitiu aos representantes do governo brasileiro participarem das cerimônias da independência em 25 de junho de 1975.

A atitude de Samora Machel explicitava três posicionamentos: negava o pragmatismo do jogo diplomático brasileiro, declarava a soberania da jovem nação moçambicana e manifestava o apoio aos movimentos de esquerda do Brasil, cujos membros migravam para Moçambique naquele período, devido à ditadura que os perseguia (MASSENA, 2009; AZEVEDO, 2012).

Esse episódio tem sua importância porque após a independência de Guiné-Bissau (24 de julho de 1973), o governo brasileiro criou uma agenda para avançar com a política diplomática na África de língua oficial portuguesa, e também se preparou estrategicamente para ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola<sup>12</sup> (11 de novembro de 1975). Em ambos os países teve sucesso. Mas, em Moçambique, como vimos no excerto acima, foi mais complicado.

Depois da reunião na Tanzânia, outra tentativa de aproximação diplomática com Moçambique foi feita em janeiro de 1975, quando o embaixador Ovídio de Melo foi enviado do Brasil para encontrar o embaixador moçambicano Marcelino dos Santos. Após a oferta de ajuda brasileira, Ovídio de Melo pediu que Santos fizesse uma lista de prioridades, e este respondeu “depois de sofrerem quatorze anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal – não estavam acostumados a considerar o Brasil como um país amigo”. (DÁVILA, 2011, p.236).

---

11 Entrevista com Samora Machel (Dar-es-Salaam, I/XIII/1974), p. 3. Relatório: Contatos com representantes dos movimentos de emancipação de Angola e Moçambique. Missão do chefe do DAO. AMRE, 900 (B-46) (A), Relações Políticas. Caixa 273.

12 Para acompanhar a luta pela independência, foi criada uma Representação Especial em Luanda, chefiada pelo diplomata Ovídio de Andrade Melo, no primeiro semestre de 1975. A questão em Angola era delicada, em razão dos três distintos partidos que lutavam pela independência do país. Era esperado do Brasil que firmasse um posicionamento e apoiasse um dos movimentos, o que foi feito quando foi o primeiro país que reconheceu a independência de Angola sob o governo do MPLA, em 11/11/1975. A opção brasileira em apoiar um governo de esquerda com inclinações fortemente comunistas, incomodou os EUA e setores mais conservadores do governo nacional, uma vez que o Brasil era uma ditadura militar de direita. A questão angolana ganhou notoriedade internacional, e apesar das críticas, recebeu elogios, principalmente de países africanos e do terceiro mundo, o que fortaleceu a imagem do Brasil e o país colheu os frutos de seu posicionamento ao estabelecer relações privilegiadas com Angola.



Ambos os episódios são tratados como definidores das relações pouco estreitas que se desenvolveram no plano diplomático nos anos subsequentes entre Brasil e Moçambique (PENNA FILHO, & LESSA, 2007; DÁVILA, 2011).

Em agosto de 1975, em Lima, capital do Peru, no Congresso de Países Não-Alinhados, Joaquim Chissano<sup>13</sup>, Ministro das Relações Exteriores da RPM, concedeu entrevista ao Jornal Folha de São Paulo. Quando questionado sobre o futuro das relações entre Brasil e Moçambique, declarou que ainda não havia sentido por parte do Brasil “nenhum esforço de aproximação”, e completou com o seguinte:

(...) os países que mantiverem relações conosco terão de respeitar esses princípios antiimperialistas e de combate ao racismo. O Brasil dificilmente admitirá os erros que cometeu, a não ser talvez tratando-nos como pobres coitados que precisam de ajuda. Todos os imperialistas agem assim” (CARLOS, Joaquim Chissano define rumos do seu governo. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 15, 28/08/1975)<sup>14</sup>

Em 1978, em entrevista aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, Joaquim Chissano, foi questionado novamente sobre as relações com o Brasil e os interesses econômicos que existiam de ambas as partes. Chissano respondeu o seguinte:

Na nossa política externa temos por princípio estabelecer relações diplomáticas com todos os países do Mundo. As relações comerciais seguem o mesmo princípio (...) desde que seja do interesse do nosso povo e da nossa Revolução. (...) No caso do Brasil, nós temos relações comerciais, mas as relações políticas não estão nada avançadas, devido às condições que aí prevalecem, embora, ultimamente, tenha ouvido falar de uma certa mudança, de uma certa liberalização (Cadernos do Terceiro Mundo, no.9, 1978, p.75).

O que os líderes moçambicanos defendiam estava de acordo com a política externa da FRELIMO desde 1962 (ano de fundação do movimento de libertação), que pode ser resumida em quatro fases:

1. A primeira começa em 1962, com a fundação da FRELIMO e o seu I Congresso e termina em junho de 1974, com a assinatura do Acordo de Lusaka entre a FRELIMO e Governo

---

13 Joaquim Alberto Chissano foi Ministro da Informação da FRELIMO no período transição de governo (1974-1975), primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros de Samora Machel, de 1975-1985. Com a morte repentina de Machel em acidente aéreo, tornou-se presidente interino e depois eleito, cujos mandatos compreenderam os anos de 1986 a 2004.

14 Matéria escrita pelo correspondente da Folha, Newton Carlos, enviado especial ao Congresso do Países Não-alinhados que ocorreu em Lima, Peru.

Português; a FRELIMO passa a ser um “sujeito de Direito Internacional”; 2. A fase que vai de 1974-1981 – período da política de desestabilização sul-africana contra Moçambique; 3. Fase de 1981-1984 – IV Congresso da FRELIMO e Acordo de Nkomati; e 4ª. Fase é o período decorrido desde 1984 (pós-acordo de Nkomati). (WEIMER, *apud* MUNDIARA, 2008, p.22).

Desde a fundação do movimento até a Independência, a política externa da FRELIMO era baseada na luta contra o colonialismo e contra o anti-imperialismo. Tendo em conta que na luta anticolonial não era possível contar com o apoio do Ocidente porque Portugal era membro da OTAN e gozava de boa articulação política nas Nações Unidas, a solução foi buscar apoio no Bloco Leste, nomeadamente URSS e China, e em outros organismos internacionais como a Organização da União Africana, o grupo dos Países Não-Alinhados, os países nórdicos e os vizinhos, como a Tanzânia e a Zâmbia. Portanto, “a situação colonial influenciara o novo xadrez político-diplomático de Moçambique independente” (MUNDIARA, 2008, p.27). O novo Estado que emergiu depois de uma longa e sangrenta guerra de 10 anos entre a FRELIMO e o exército português era um “produto” da política externa de um movimento que precisou de muita capacidade diplomática para obter suportes. Pós-1977, em razão da conjuntura internacional da Guerra Fria, a política externa do partido-Estado passou a reforçar as relações bilaterais com os aliados tradicionais de orientação socialista.

Mas, uma vez vencido o colonialismo, era necessário lutar ainda e mais fortemente pelo subdesenvolvimento e pelo reconhecimento do novo país no âmbito internacional. A nova elite instalada no poder (os mesmos que lutaram pela independência) encontrou problemas estruturais que impediam a administração do Estado. O desajuste econômico estrutural pós-independência estava evidenciado nos mais variados problemas sociais, como saúde, educação, transportes, e em toda infraestrutura do país.

O III Congresso da FRELIMO<sup>15</sup>, realizado em 1977, em Maputo, é considerado um marco para a história de Moçambique no século XX. Para resolver os referidos problemas, a FRELIMO se tornou um partido político marxista-leninista de vanguarda, que adotou para o país o modelo de economia socialista, por meio da planificação autoritária e centralizada dos meios de produção. A ideia era transitar de uma sociedade tradicional para uma moderna, mas a realidade mostrou-se bastante diferente do pensamento da nova elite cidadina, formada com livros baseados nos modelos europeus e apoiados por tecnocratas russos. Não houve um estudo sobre o impacto da implantação do novo sistema. A população rural sofreu tanto

---

15 O 1º. Congresso da FRELIMO foi em 1962 em Dar-es-Salam, Tanzânia. O 2º. Congresso ocorreu no povoado de Matchedje, Niassa, em 1968.

nas “machambas coletivas” quanto no trabalho forçado do período colonial para aumentar a produção agrícola. Mas as exportações aumentaram 83% entre 1977 e 1981 (MUNDIARA, p.31). Ou seja, a política externa estava completamente divorciada da realidade social.

O descontentamento gerado pelo regime político-econômico-administrativo levou à eclosão da guerra civil em 1976, promovida pelo movimento RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). Os prejuízos da guerra civil (a destruição de infraestrutura, equipamentos, transportes, máquinas agrícolas, grandes unidades de produção e estradas que conectavam o interior do país aos portos e estradas de ferro) foram agravados com os sucessivos bloqueios econômicos da África do Sul e da antiga Rodésia. Diante da crise interna, dos ataques dos países partidários do Apartheid e da perda de ajuda do Bloco Leste, foi criado o grupo dos Países da Linha de Frente (1977), formado por Moçambique, Angola, Tanzânia, Botswana e Zâmbia. Isso atingiu frontalmente a dependência que os países mais pobres da África Austral possuíam da África do Sul porque desestruturava o poder dos vizinhos. Com a entrada no poder do primeiro-ministro sul-africano, P . W . Botha (1978-1984), aumentou a desestabilização política e militar provocada pela África do Sul à Moçambique. Esse contexto levou a uma reorientação da política externa de Moçambique na arena internacional. O aceno dos Estados Unidos mostrava que a diplomacia gestada no tempo da luta anticolonial precisaria se adequar à nova ordem mundial.

Entre 1975 e 1979, embora o Ministério das Relações Exteriores do Brasil tenha colocado em pauta uma agenda para avançar diplomaticamente com os países de língua portuguesa, o avanço foi, efetivamente, pequeno em Moçambique. De forma efetiva, as ações consolidadas pelo Itamaraty foram: o reconhecimento da independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, a abertura da embaixada em Maputo<sup>16</sup> e as nomeações de dois embaixadores para a nova embaixada, primeiro Ronald Leslie Moraes Small, e depois Ítalo Zappa. (Moçambique aprova o novo embaixador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31/03/76. p.5; A comissão moçambicana ouve os dois novos embaixadores brasileiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21/05/76, p.5; Novos embaixadores entregam credenciais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06/10/76, p.8). O chanceler

---

16 Entre 1975 e 1986, na chamada *Primeira República* de Moçambique, a Embaixada do Brasil teve três embaixadores em Maputo: Ítalo Zappa (1976-1981), Ronald Leslie Moraes Small (1976-1981) e Marcel Dezon Costa Hasslocher (1981-1985). Nos anos posteriores foram os seguintes embaixadores: Luiz Fernando do Couto Nazareth (1985- 1992?), Luciano Ozorio Rosa (1992-1997), Helder Martins de Moraes (1997-2001), Pedro Luiz Carneiro de Mendonça (2001-2004), Leda Lúcia Martins Camargo (2004-2007), Antônio José Maria de Souza e Silva (2007-2012), Lígia Maria Scherer (2012 - atual).

Azeredo da Silveira nunca chegou a visitar Moçambique.<sup>17</sup> Em 1979, Ítalo Zappa, o habilidoso embaixador em Moçambique, buscando aproximar os dois países, convidou Samora Machel para a comparecer à posse do novo presidente brasileiro, Figueiredo. O presidente moçambicano não aceitou o convite. (Folha de São Paulo, 03/06/1979, p.3). A recusa apontava para a permanência do ressentimento do chefe de Estado moçambicano diante da contraditoriedade do jogo diplomático brasileiro, que propalava sobre o reatamento das relações com o Terceiro Mundo, mas não tinha um só projeto de desenvolvimento para o novo Estado.

Em 1980, ações mais diretas foram tomadas para a aproximação. João Figueiredo, último presidente do período ditatorial (1979-1985), escolheu como chanceler Saraiva Guerreiro, que tinha sido chefe de gabinete do seu antecessor Azeredo Silveira, e acompanhou de perto a agenda do Itamaraty com a África no governo de Geisel. O novo chanceler continuou o discurso do pragmatismo responsável nas relações exteriores, priorizando as relações sul-sul. Em agosto de 1980, Guerreiro fez a sua primeira viagem a África, e a primeira de um chanceler brasileiro a Moçambique. Em 12 dias, acompanhado de comitiva composta por outros diplomatas, assessores e jornalistas, visitou cinco países da África Austral: Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola, nessa ordem. A imprensa pró-governo deu ampla cobertura e comparou a referida viagem com o famoso percurso de Gibson Barbosa. O objetivo da missão era a aproximação com os países citados e a “demonstração prática do universalismo proposto pela política externa.” Interessante notar que a referida notícia intitulada “Cinco anos de preparação antes da visita à África” ignorava a visita do chanceler anterior ao Senegal, e ressaltava que essa aproximação não era possível cinco anos antes porque causava arrepios à diplomacia os “governos que se proclamaram comunistas, socialistas e marxistas” (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 25/05/1980, p.8).

Na visita da Comitiva à Moçambique, o presidente Machel concedeu entrevista no Palácio da Ponta Vermelha à uma parte desta (o jornalista Flavio de Almeida Salles, o chanceler Saraiva Guerreiro, o embaixador de Moçambique Ítalo Zappa, o conselheiro Bernardo Pericás e o empresário Adalberto Camargo, presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira). A conversa teve quatro pontos centrais: a cooperação (com diferentes perspectivas de ambos os lados), a questão da Namíbia (invadida pela África do Sul), o interesse do Brasil em saber se Samora Machel havia esquecido

---

17 O destaque da imprensa acerca da reunião dele com o presidente da Ford do Brasil para tratar da exportação de tratores para Moçambique. (Azeredo recebe presidente da Ford do Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20/08/1977 p.15), mostra que prevalecia, na agenda do chanceler o incentivo às exportações como estratégia da política diplomática de aproximação com Moçambique.

o passado, e o uso político da língua portuguesa para aproximar os dois países (satirizada por Machel).

Machel iniciou da seguinte maneira: “Queremos uma aproximação correta, de igual para igual, sem espírito paternalista, com o Brasil”. O presidente moçambicano questionou como foi a viagem do grupo pelo interior do país e se precisaram de intérpretes, Guerreiro respondeu que não, mas comentou que os moçambicanos tinham um sotaque português, enquanto eles tinham sotaque brasileiro. Machel disse que era compreensível pois a colonização havia terminado há menos de 5 anos. Guerreiro não compreendeu bem a pergunta sobre os intérpretes – o chefe de Estado dizia que Moçambique era mais diverso que a língua portuguesa e que os brasileiros desconheciam o país – e forçou uma intimidade dizendo que os brasileiros falavam mais devagar o português por causa da influência africana. Samora discordou da assertiva e entrou no tema da cooperação:

Mas os africanos de Angola e Moçambique falam rapidamente, falam muito rapidamente. (...) Nós acompanhamos com muita atenção não só a visita oficial que realizou aqui à República Popular de Moçambique. Mas também os vários grupos moçambicanos que têm visitado o Brasil e que tem encontrado uma profunda compreensão em vários domínios. E assim temos uma plataforma sólida. A cooperação no domínio cultural, social, científico e econômico. Este é o ponto. Os povos só se unem quando têm cooperação econômica. *Não se unem através de palavras. Não, não.* Tem de haver qualquer coisa de concreto. (...) o *Brasil tem possibilidade de nos ajudar, apoiando-nos, cooperando conosco. Por exemplo, no domínio industrial, na indústria hoteleira tem muita experiência não tem?* (SALLES, F. A.. Guerreiro chega ao Zimbabue e apóia a independência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06/09/1980, p.5)

Em relação à cooperação, os governos do Brasil e Moçambique tinham perspectivas bastante diferentes. O primeiro estava disposto a agir rápido, por meio de projetos de cooperação para os anfitriões esquecerem o passado e abrirem as portas para as empresas nacionais desenvolverem seus negócios em África, inclusive a empresa Geoténica estava desenvolvendo dois projetos agrícola e de irrigação no valor de 8 milhões de dólares na Beira. O segundo propunha a cooperação para o desenvolvimento do país, conforme destacado por Sérgio Vieira (presidente do Banco de Moçambique): “ajuda na prospecção e exploração de petróleo e carvão, a cooperação no campo agrícola de irrigação; pecuária e construção de barragens.” (SALLES, F. A. Até Moçambique, a viagem de Guerreiro é positiva. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08/06/1980, p.7).

Quando questionado novamente sobre os pontos principais da

cooperação, Samora Machel disse pragmaticamente:

Vocês foram a Gaza e viram várias áreas em que o Brasil pode participar e estou certo de que passaram e deixaram uma boa impressão, assim como tiveram boas impressões. (...) *A cor dos brasileiros*, a pessoa brasileira, a sensibilidade brasileira... e vocês também já compreenderam *a personalidade moçambicana, a sensibilidade moçambicana, as preocupações moçambicanas*, e assim (...) vamos juntar e avançar (...). (SALLES, F. A.. Guerreiro chega ao Zimbabue e apoia a independência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06/09/1980, p.5)

Interessava a cooperação para reerguer o país. Gaza estava destruída pela guerra anticolonial e era preciso ajuda para reconstruir tudo. Era necessário produzir alimentos, energia, criar uma indústria, construir estradas e, especialmente, formar os novos quadros para o país. E porque Samora falaria da cor dos brasileiros? Toda a comitiva era branca, com exceção do empresário negro Adalberto Camargo, presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. Incluir uma pessoa negra nas delegações em viagens pela África era típico do Itamaraty, numa atitude cosmética para mostrar aos africanos que não havia racismo no Brasil (DANTAS, 1965). Isso tinha acontecido na Nigéria, em 1972. Na famosa viagem da “embaixada voadora” de Gibson Barbosa, um baiano, negro, psiquiatra, o único negro da comitiva, foi convidado não apenas para integrá-la, mas nomeado chefe da delegação. Estranhando isso, o presidente Geisel questionou sobre a referida nomeação e foi esclarecido por Azeredo Silveira (antecessor de Guerreiro): “Não se trata de um especialista em assuntos afro-brasileiros, mas sim de uma figura de proa capaz de aparecer aos africanos como exemplo vivo dos vínculos que sempre existiram entre o Brasil e a Nigéria”. (Apud DÁVILA, 2011, p.187). Samora Machel e sua assessoria internacional estavam atentos que para aproximar-se dos países africanos, a diplomacia usava o discurso da herança cultural comum entre brasileiros e “africanos”, evocando as tradições africanas que existiam no Brasil, que podiam ser vistas especialmente nas comidas e na religiosidade afro-brasileira. Esse discurso da “irmandade histórica”, juntamente com a ideia de democracia racial, foram particularmente importantes na Nigéria e em Gana. No caso de Moçambique, era a língua portuguesa o principal elemento aglutinador, pois não era bom evocar o passado escravista do Brasil.

A questão da Namíbia era importantíssima para Moçambique e os demais países da Linha de Frente que assumiram o compromisso de ajudar os países vizinhos na luta pela descolonização. O tema era delicado porque o Brasil vivia numa ditadura, se autodeclarava anticolonialista, e contraditoriamente, colocou-se como mero observador do Movimento dos Países Não-Alinhados. Então, Samora Machel testava as palavras do

chanceler brasileiro e sua proposta de uma nova política para a África Austral: “(..) [a ajuda do Brasil] é uma importante contribuição para que a África do Sul saia o mais rapidamente possível. O Brasil cuja política atual é uma política anticolonialista. E ali trata-se de pura e simplesmente de um colonialismo sul-africano dentro desse ponto de vista.” (SALLES, F. A.. Guerreiro chega ao Zimbábue e apoia a independência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09/06/1980, p.5). A reunião foi encerrada com a entrega da carta oficial do Presidente Figueiredo convidando Machel para visitar o Brasil. Apesar da insistência, ele refutou-se a confirmar. Certamente o jornalista escolheu as melhores partes da entrevista para evidenciar o sucesso da reunião, mas não é difícil notar o malabarismo da diplomacia para dialogar com Samora Machel sem usar os tradicionais discursos para aproximar-se de um país africano.

Qual o resultado da visita de Guerreiro? Negócios. No mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores convidou quarenta empresários brasileiros para uma viagem a Moçambique e demais países da África Austral visitados pelo chanceler, para “implementar a política de aproximação com o continente africano (...) e demonstrar a preocupação do Itamarati em dar sequência às conversas mantidas por Guerreiro (...)”. (Empresários do Brasil viajarão a Moçambique. (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 22/06/1980, p.7). Outro avanço da política externa foi a visita do presidente João Figueiredo, em 1983, à cinco países da África Ocidental: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Argélia, Senegal e Nigéria. A viagem foi marcada por um ostensivo esquema de segurança, só visto antes em filmes. O presidente viajou no avião fretado da Varig, protegido por três aviões da Força Aérea Brasileira. Integravam a comitiva três ministros (das Minas e Energia, do Gabinete Militar e das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro), os presidentes da Petrobrás, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, bem como das três maiores confederações patronais, agricultura, indústria e comércio. Além destes (todos brancos), foram incluídos também alguns negros: “Preocupados em demonstrar aos africanos os laços que unem a Nação brasileira a eles são fortes, os organizadores incluíram na comitiva oficial homens públicos de cor negra. São eles o desconhecido ex-prefeito de Salvador, Edvaldo Brito, o ex-campeão olímpico Ademar Ferreira da Silva (...), e o ex-deputado Adalberto Camargo (PDS) (...). (Figueiredo inicia amanhã a sua viagem a cinco países africanos. *Folha de São Paulo*, 13/11/1983, p.6). Dado o contexto da ditadura, a reportagem mostra a hipocrisia dos referidos convites, pois os três homens negros convidados eram apenas figuras ilustrativas. Estavam lá para evitar os questionamentos, durante a visita, de uma composição totalmente branca da diplomacia brasileira e esconder dos africanos os problemas raciais do Brasil.

Do lado moçambicano, também notou-se mais movimento para engrenar as incipientes relações. Em retribuição à visita do chanceler, o

governo frelimista enviou ao Brasil, em dezembro de 1980, o governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira. No ano seguinte, em 1981, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, visitou Brasília, onde teve um banquete oferecido e reuniu-se com o presidente Figueiredo, com a presença de Ítalo Zappa (já removido da embaixada em Maputo). Firmou-se, nessa oportunidade, o Acordo Geral de Cooperação entre a República de Moçambique e a República Federativa do Brasil. Dentre os compromissos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Chissano reuniu-se na última cidade com empresários da Câmara de Comércio Afro-brasileira, (a convite do empresário Adalberto Camargo, que estava na comitiva de Guerreiro um ano antes), na qual trataram-se de interesses comerciais. Mas o chanceler proveitou essa e as demais ocasiões para também denunciar os ataques da África do Sul à Angola. (Para Chissano, Pretória ataca Moçambique. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17/07/1981, p.11).

A visita de Chissano ao Brasil, bem como outras viagens realizadas por Samora Machel, a partir de 1980, visavam ampliar as parcerias internacionais de Moçambique. Em 1980, visitou a Alemanha comunista; em 1981, a França; em 1983, foi aos Estados Unidos, conheceu a sede da Comunidade Europeia em Bruxelas, e fez a primeira visita oficial a Portugal pós-independência. As viagens indicavam a reorientação política econômica do seu país. Foi nesse contexto de crise que, em 1983, Machel aderiu às instituições de Breton-Woods: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. (HERMELE e LARS, 1989, p. 5)

Ao assinar com a África do Sul um acordo mútuo de não-agressão, conhecido como Acordo de Nkomati<sup>18</sup> (1984) Moçambique aceitava as contrapartidas das Políticas neo-liberais norte-americanas para a África Austral. O Acordo não deu certo, mas garantiu ao governo americano o freamento do comunismo na região, bem como empreender sanções internacionais à África do Sul para forçar o fim do sistema de Apartheid. Na realização do IV Congresso da FRELIMO, 1983, sob o Lema “Defender a Pátria, Vencer o Sub-desenvolvimento e Construir o Socialismo”, o socialismo já era letra morta. A realidade das políticas neo-liberais do ocidente na política externa de Moçambique já era realidade. Somente entre 1985 e 1987 os Estados Unidos emprestraram mais de 1 bilhão de dólares (MUNDIARA, p.4), com várias contrapartidas que incluíam especialmente reformas econômicas e políticas.

---

18 O *Acordo de Nkomati* foi assinado em 1984 entre os presidente de Moçambique, Samora Machel, e o da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção encerrar os conflitos entre os países. De modo que Pretória deixaria de dar apoio ao movimento opositor ao governo moçambicano, a RENAMO. Por outro lado, Maputo cessaria o apoio aos representantes do ANC (*African National Congress*), partido opositor ao *Apartheid*. A África do Sul não respeitou o acordo.



Em setembro de 1985, em New York, por ocasião da reunião na ONU, José Sarney, o primeiro presidente do Brasil redemocratizado convidou Samora Machel para uma reunião. No encontro, teve até escola de samba. Na entrevista concedida ao enviado especial para cobrir a participação do Brasil, Samora Machel fazia algum esforço para aproximar do novo “amigo”: “Saúdamos vivamente o retorno da Democracia no Brasil (...). A liberdade do povo brasileiro falar e cantar o baião, a rumba e o samba. Vocês ainda dançam samba? Verificamos com o presidente Sarney área de comum cooperação no campo da cultura, social, técnico e científico”. (TORIBIO, L. A. Sarney chega ao Brasil em sintonia com o mundo. *Jornal de Brasília*, 26/09/1985).

Como se pode notar, em 1985, diante das crises internas e da abertura da economia moçambicana, Machel estava mais propício ao diálogo com os países Não-Alinhados. Em abril de 1986, Machel fazia um esforço maior de aproximação: enviou ao Brasil o ministro Armando Guebuza para levar uma carta ao presidente José Sarney. Na mensagem, Machel traçou um esboço das dificuldades enfrentadas por seu país, espremido entre a crise econômica – legada pelo sistema colonial, somando-se aos fracassos da política econômica do governo e a seca que se abatia sobre a Moçambique – e a luta com o movimento oposicionista, a Renamo.

Concluindo, na primeira metade dos anos 1980, a crise do sistema socialista adotado, a perda de apoio do Leste e a própria crise interna levaram as relações diplomáticas de Moçambique a serem reorientadas para o Ocidente. E isso exigiu uma habilidosa reorganização/reorientação da diplomacia. Durante 11 anos como chanceler do governo de Samora Machel, Chissano conduziu, na segunda metade da década de 1970, diálogo direcionado com o Bloco Leste, e na criação de blocos econômicos multilaterais (Conferência de Coordenação de Desenvolvimento Econômico da África Austral/SADACC, Países de Linha de Frontes/PFL e Grupo dos Países Não-Alinhados.) e tentou sem sucesso participar de outros (Conselho de Ajuda Mútua Econômica/CAME), conforme orientação político-ideológica do partido-Estado. Depois, na primeira metade da década de 1980, sob a tutela do partido-Estado altamente centralizador, e diante das urgentes necessidades, Chissano conduziu uma política pragmática de abertura do diálogo com os países ocidentais e os Não-Alinhados, incluindo o Brasil, e abriu a transição de uma economia socialista atrasada para o capitalismo e promoveu maior diálogo para uma cultura de paz com os países vizinhos. (CHICONELA, S/D). Mas o que de fato marcaria esse fase de transição foi a morte trágica de Samora Machel e seu governo centralizador, no final de 1986. Sua morte encerra uma era, chamada pela historiografia moçambicana de “Primeira República”. Pela habilidade no diálogo internacional e por ser figura respeitada na cúpula do Partido, Chissano substituiu Machel.

#### 4. DIPLOMACIA E PROMOÇÃO COMERCIAL

Desde 1964, ainda no período colonial, acontecia na capital de Moçambique a Feira Internacional de Lourenço Marques (FACIM). A famosa feira possuía um catálogo para divulgação dos produtos expostos no evento anual que, segundo a propaganda da própria revista, era a “melhor e maior do sudeste africano”. Além das propagandas das empresas e produtos, havia também tabelas das principais mercadorias importadas e exportadas pela colônia portuguesa do Índico, assim como dos países que participavam desse comércio internacional.

A participação do Brasil na FACIM começou em 1972, com imensa propaganda na mídia para atrair os empresários interessados, com a fabulosa oferta dos custos pela exibição dos produtos pagos pelo Ministério das Relações Exteriores. “Os expositores brasileiros arcarão apenas com as remessas de amostras e do representante. O resto fica por conta do governo (FACIM interessa exportadores brasileiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21/03/1972, p.23). A iniciativa estava associada aos projetos de Gibson Barbosa de avançar com as relações comerciais com as colônias portuguesas mas sem interferir no colonialismo, conforme explicitada na nota publicada sobre a decisão de agropecuaristas de Recife em participar da Feira com uma grande amostra das raças zebu e nelore (Zebu do Nordeste para Moçambique. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21/03/1972, p.14). A missão seguiu para Moçambique no dia 25 de maio de 1972 com a presença do presidente da FIESP e CIES e o presidente da Confederação Nacional da Indústria. As vendas alcançaram quase 500 mil dólares. (Vendas em Moçambique. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18/06/1972, p.42). Nos anos seguintes, havia mais incentivo para a participação do Brasil sob patrocínio do referido Ministério, que tinha uma Divisão de Feiras e Turismo, que cuidava da presença do Brasil na feiras internacionais.

Embora estivesse participando da feira, o Brasil não constava nas tabelas dos países exportadores de mercadorias para Moçambique, entre os anos 1967-1977<sup>19</sup>. Mas, nas tabelas do catálogo da XIV FACIM, havia as percentagens da participação brasileira nas exportações para Moçambique desde 1974 até 1976, respectivamente 0,6%, 4,2% e 5%. (FACIM, XIV Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1978, p. 50-53.)

A divulgação da presença do Brasil na FACIM só ocorreu em 1977 porque houve um projeto de aumentar a visibilidade do Brasil na Feira. Em telegrama enviado em junho de 1976 evidenciava-se que o comércio era a estratégia ideal para abrir as portas da política externa em Moçambique:

Peço a atenção da secretaria de Estado para o fato de que

---

19 No Boletim *O Comércio Externo de Mocambique*, da Câmara de Comércio de Moçambique, dos anos 1968, a 1974 não há dados do Brasil.

pela *primeira vez após a independência de Moçambique* o Brasil participará da Feira Internacional de Maputo. No plano das Relações Internacionais, após a abertura de nossa Missão Diplomática, será certamente evento dos mais importantes no ano. As ponderações que submeti no telegrama número 265 *refletem o ponto de vista de que nossa participação transcende os aspectos exclusivamente comerciais e de curto prazo e terá implicações marcantes para a imagem do Brasil que se pretende construir.* Além disso dentro dos parâmetros de atuação restritos com que ora nos defrontamos a FACIM será possivelmente o melhor instrumento que podemos antever para dar conteúdo operacional às proposições de nossa política em relação a esse país dentro dos objetivos a que alude o Desptel 174. (*Telegrama Recebido. RELAÇÕES BRASIL-MOÇAMBIQUE, PARTICIPAÇÃO NA FACIM, 10/06/1976. Grifo nosso*).

Conforme planejado, na FACIM de 1977, o Brasil apareceu pela primeira vez com destacada propaganda de página inteira, intitulada “Visite o Brasil” (*FACIM, XIII Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1977, p. 188*), e contava com um pavilhão com 25 expositores. No editorial deste ano, certamente escrito pela Direção Nacional do Comércio Externo da FRELIMO, informa-se que a Feira estava de acordo com as “diretivas Económicas Sociais saídas do histórico III Congresso da FRELIMO” (*FACIM, XIII Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1977, p. 3.*)<sup>20</sup>.

Na citada XIV edição da FACIM, o “Pavilhão do Brasil” aparece em destaque no catálogo, com 6 páginas, que anunciavam os produtos, as empresas e os endereços destas no Brasil ou dos representantes em Maputo. Porém, antes da apresentação dos produtos, consta a seguinte nota:

Veja e ouça um pouco do Brasil:

Veja o nosso pavilhão, na FACIM, 78, de 26 de agosto a 10 de setembro. O Brasil oferece uma grande variedade de produtos serviços, para numerosos setores essenciais ao processo de desenvolvimento de Moçambique.

A mostra brasileira é patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty.

Projeto e realização: Arquiprom Arquitetura, promoções e comércio.

Para maiores informações sobre os produtos expostos, ou quaisquer outros, favor dirigir-se à Embaixada do Brasil, em

---

20 Também estavam descritos os objetivos do evento: “divulgar as riquezas da República Popular de Moçambique, promover a propaganda e transação dos produtos expostos, fomentar o intercâmbio comercial, industrial e cultural com os países estrangeiros e contribuir para o conhecimento de novas técnicas.”

Maputo, Setor de Promoção Comercial. (*FACIM*, XIV Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1978, p. 194)

Em 1978, havia uma listagem com 50 empresas (o dobro de 1977) com stands no pavilhão do Brasil. Destas, 34 eram livrarias e editoras, 7 vendedoras de máquinas agrícolas e caminhões, e as demais eram de comércio de chuveiros, aparelhos de refrigeração e aquecimento, louças de alto custo, ferramentas e uma representação da EMBRAER. (*FACIM*, XIV Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1978, p. 194-200.)

Em 1979, foi declarado no editorial como o “IV Ano da Independência Nacional”, porque era o “(...) ano da consolidação das nossas conquistas”. O Ministro do Comércio Externo de Moçambique escreveu um editorial na *FACIM* no qual explica porque a FRELIMO definiu o referido tema para 1979 (...) na Feira vamos conhecer o que são os outros países, verificar como se tem desenvolvido a nossa cooperação e aproveitar para consolidar ainda mais as nossas relações políticas, econômicas, comerciais e culturais com esses Países. (*FACIM*, XV Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1979, p.4).

Na *FACIM* de 1979, aumentou para 63 o número de empresas no Pavilhão do Brasil. (*FACIM*, XV Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1979, p. 5). Desta vez com mais variedade de produtos, como carne bovina enlatada e milho para canjiquinha, aguardente de cana, jeans, equipamentos odontológicos, materiais de plástico, azulejos, aviões, locomotivas, vários tipos de metais, máquinas para uso em madeiras, entre tantas outros, que variavam da oferta de produtos básicos ao luxo. Mas chama a atenção dentre as empresas, a representação de órgãos do governo federal na Feira, como o Ministério da Educação e Cultura e a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), ambas com material promocional. (*FACIM*, XV Feira Internacional de Maputo. Moçambique, Maputo, 1979, p.203-209). Como ocorreu antes, as despesas dos expositores foram “sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores (...)” (Feira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/06/1979, p.42).

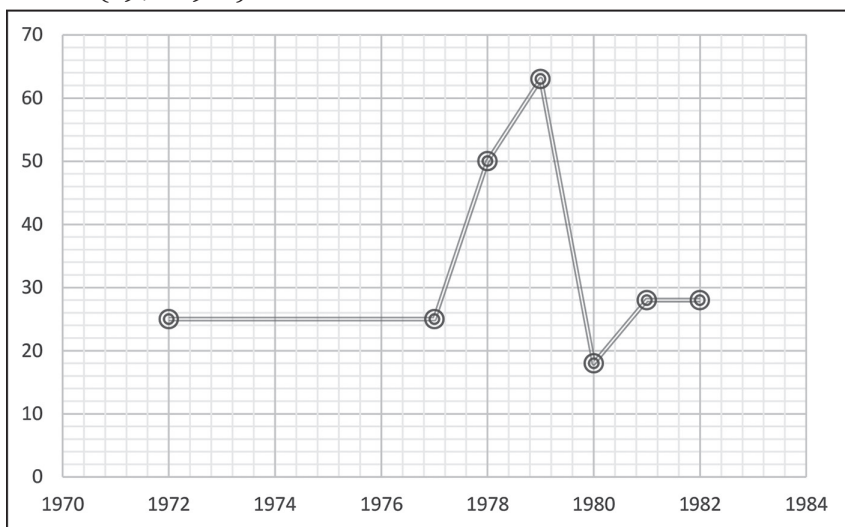
Curiosamente, na *FACIM*/1980 o número de expositores caiu para 18. Nas feiras de 1981 e 1982, foram apenas 28 empresas. De todo modo, o referido pavilhão do Brasil sempre foi o maior e o mais visitado, conforme lembram os moçambicanos.<sup>21</sup> Como resultado das negociações operadas na Feira, em 1983, a Alcan (Alumínio de Brasil) exportou 1.500 toneladas de cabos de alumínio para Moçambique. O Gráfico 01 mostra a evolução do número de expositores na *FACIM*, desde 1976 até 1986. Não foram identificados os números para os anos de 1976 e nem de 1983-1985.

---

21 Entrevista com o ex-ministro da Segurança Nacional Jacinto Veloso, no dia 13 de fevereiro de 2015.

Os dados mostram que o pico da participação foram nos dois últimos anos da década de 1970, impulsionados pela Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores. Em 1979, quando se registrou o maior número de empresas, foi também o ano em que participou a Câmara de Comércio Afro-brasileira.<sup>22</sup>

**Gráfico 01 – Evolução do número de expositores do Brasil na FACIM (1976-1982)**



Fonte: Folha de São Paulo 09/05/1972; e Catálogos da FACIM dos anos 1974-1982.

De certo modo, as exportações acompanharam o aumento do número de expositores entre 1976 e 1979. Entre 1980 e 1982 estiveram presentes menos expositores na FACIM, mas os valores de bens exportados do Brasil para Moçambique alcançaram as maiores cifras de todos os anos pós-independência: 1976 – 4 milhões de dólares, 1977 - 10.200 milhões, 1978 - 5 milhões, 1979 -16.500 milhões – 1980- 72.200 milhões, 1981 - 36.600 milhões, e 1982 - 98.600 milhões. De modo que, em apenas três anos (1980-1982) alcançou o montante de 207 milhões de dólares. Isso correspondia ao total de 85% dos valores já exportados, 243 milhões de dólares, entre 1976 e 1982. A razão é que muitas empresas já estavam estabelecidas e recebiam encomendas independentes da participação na FACIM. (*Folha de São Paulo*, 20/07/1983, p.20; *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*. Acesso em 20/01/2015: <http://www.desenvolvimento.gov.br/>)

22 A referida Câmara foi fundada pelo empresário Adalberto Camargo, em 1968. (SANTANA, 2003, p.553).

Tendo em vista o desaceleramento da economia brasileira no final do anos 70 (fim do “milagre econômico”), provocado pela a crise do petróleo em 1979, o aumento do dólar e do preço dos combustíveis, o comércio com a África tornou-se muito importante, particularmente as importações do petróleo de Angola e da Nigéria, assim como as exportações de produtos industrializados brasileiros. Em 1980, cerca de 50% do valor das exportações foram direcionadas para Moçambique, e este valor correspondia basicamente à venda de 21 unidades de locomotivas para construção da malha ferroviária do país. (Folha de São Paulo, 07/04/1979 p.5; 07/03/1980, p.7).

Portanto, a participação do Brasil na FACIM era um meio de dinamizar o setor industrial, melhorar a balança comercial brasileira, e principalmente produzir “implicações marcantes para a imagem do Brasil que se pretende construir” conforme anunciava o telegrama enviado pelo Itamaraty, em 1976.

## **5. CONCLUSÃO**

O alheamento do Brasil diante da luta anticolonial dos países africanos colonizados por Portugal, dificultou o restabelecimento das relações internacionais com Moçambique no pós-independência. Para restabelecer as relações com Moçambique, a diplomacia brasileira utilizou o peso da proximidade linguística, ofereceu cooperação técnica aos moçambicanos e a abertura das portas do novo mercado aos empresários brasileiros para alavancar a produção industrial nacional. Assim, a relação diplomática do Brasil com Moçambique, desde 1975 (Independência de Moçambique) até 1986 (adesão à economia de mercado por Moçambique e morte de Samora Machel), foi marcada por um direcionamento: a atuação da Embaixada como ator comercial em Moçambique, explicitadas na participação na FACIM.

A participação do embaixador Ítalo Zappa na aproximação entre os dois países mostrava que a “diplomacia africana” equivalia mais ao esforço individual dos diplomatas do que uma política do Itamaraty, e reforçando uma prática estrategista histórica do Itamaraty para a África, focada fortemente nas relações comerciais, enquanto o fortalecimento de relações políticas consolidadas estiveram comprometidas pelo menos até a virada do século XX.

Esse exemplo de esforço pode ser aplicado a Ovídio de Melo em Angola, e ainda aos chanceleres Gibson Barbosa e Saraiva Guerreiro. A formação dos diplomatas brasileiros, em geral brancos e descendentes de famílias europeias, que tinham como principal base de formação o culto ao Ocidente e aos Estados Unidos, era um fator fundamental de orientação da política externa brasileira. Nesse sentido, pode-se compreender a importância da África no catálogo de preferências de política internacional brasileira, e de uma maneira mais geral, pautada nos desafios que a histórica

desigualdade racial perpetua e compromete – até hoje – nas formulações políticas do país.

Por outro lado, Joaquim Chissano, mostrou que, diferentemente, de Angola, onde o Brasil negociou sua posição estratégica entre os três partidos que lutavam pelo comando do novo Estado, Moçambique tinha partido único e forte orientação político-ideológica anti-imperialista. Durante o período socialista (1975-1984), a política externa deu pouca atenção ao Brasil, porque “não estavam acostumados a considerar o Brasil como um país amigo”, nas palavras de Marcelino dos Santos. Somente na primeira metade da década de 1980, diante das urgentes necessidades internas e da desestabilização provocada pela África do Sul e das forças oposicionistas ao governo, Chissano conduziu uma política pragmática de abertura do diálogo com os países ocidentais, incluindo o Brasil e a transição do socialismo africano socialista para o capitalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Desirée de Lemos. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. *Etnográfica*. Vol.16 (3), p.461-486, 2012.
- CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun.2012. p.391-408.
- CAU, Hilário. *A África na política externa brasileira: análise de distanciamentos e aproximações entre as décadas de 1950 e 1980*. Tese de Doutorado Florianópolis: UFRGS, 2011.
- CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 5-26, Dec. 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291997000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200001&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000200001>.
- CHICONELA, Neusio Rubão Justino. *Estudo Comparado da política externa de Moçambique 1975-1990: Um olhar em torno dos líderes Machel e Chissano*. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais. S/D.
- DANTAS, Raymundo Souza. *África difícil*. (Missão condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura S/A, 1965.
- DÁVILA, Jerry. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. *História Social*, n. 19, 2010. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/319/275](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/319/275)
- \_\_\_\_\_. *Hotel Trópico: Brasil e o desafio da descolonização na África, 1950-1980*. Trad. Vera Lucia Mello Joscelyne. São Paulo: editora Paz e Terra, 2011;



- DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista da USP*. <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ra/v51n2/a04v51n2.pdf>
- FREYRE, G. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Lisboa: Livros do Brasil, 1953;
- FREYRE, G. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: 1940;
- HERMELE, Kenneth e RUDEBECK, Lars. Nas Encruzilhadas: Alianças Políticas e Ajustamento Estrutural. Dois ensaios sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. AKUT. Uppsala. 1989.
- LOBATO, Alexandre. *Carta ao Embaixador do Brasil em Portugal, por mãos do Cônsul do Brasil em Moçambique*. Lourenço Marques: Tipografia Minerva Central, 1963.
- MACAMO, Elisio. Da Disciplinarização de Moçambique: Ajustamento Estrutural e as Estratégias Neo-Liberais de Risco. *Africana Studia*, 2003, No 6, pp. 231-255. [http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06\\_231.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_231.pdf)
- MASSENA, Andréia Prestes. Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe/ E.I.A.L.*, Vol. 20 n.1, 2009. Disponível em: <http://www1.tau.ac.il/eial/images/v20n1/massena-v20n1.pdf>;
- MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960.
- NIPASSA, Orlando. *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo, 2009. [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/CP36\\_2009\\_Nipassa.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf);
- PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (Ciex) e a repressão no Cone Sul (1966-1984). *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso), v. 2/2009, p. 43-62, 2009.
- PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio C. O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 57-81, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte – volume 01*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, 2ª edição.
- SALES, Flavio de Almeida. “O chanceler brasileiro Azeredo da Silveira conversa com o Chanceler de Moçambique Joaquim Chissano”. *Folha de São Paulo*, p.4. 26/09/1975.
- SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no



- mercado africano. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro , v. 25, n. 3, p. 517-555, 2003 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2003000300006&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300006&lng=en&nr m=iso)>. access on 15 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300006>.
- SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937*. Ilhéus, Ba: Editus, 2013.
- SARAIVA, J. F. Sombra. Moçambique em Retrato 3x4: uma pequena brecha para a política africana no Brasil. In: *AFRICA: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI*, “O Brasil no mundo que vem aí”. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007, p.221-241.
- \_\_\_\_\_. *África Parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013,
- \_\_\_\_\_. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: EdUnB, 1996.
- SILVA, Alberto da Costa. *Das Mãos do Oleiro*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SOARES, Leite Patrícia. *O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao\\_sul\\_sul.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf).

*Enviado em: 20/07/2014*

*Aceito em: 05/08/2014*